

Miguel Ramos Rodrigues

Título: Municipalização plena da Saúde no Piauí: uma utopia a ser realizada

Volume: 01 – Número de páginas: 241

Mestrado em Políticas Públicas – Universidade Federal do Piauí

Área do Programa: Serviço Social

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Orientadora: Dr^a Maria do Rosário de Fátima e Silva

Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco/UFPI

Banca Examinadora: Dr^a Maria do Rosário de Fátima e Silva

Dr^a Maria do Amparo Salmito Cavalcanti

Dr^a Maria D'Alva Macedo Ferreira

RESUMO

Este estudo teve por objetivo principal realizar um resgate histórico do processo de municipalização da saúde no Estado do Piauí buscando explicitar os elementos relacionados com a organização da gestão da saúde de forma descentralizada e com a participação da sociedade. Neste sentido escolheu-se como marco de análise do ano de 1998 ao ano de 2002, período em ocorreu maior volume das habilitações dos municípios piauienses nas condições de gestão de saúde indicadas na NOB-SUS 01/96.

Procurou-se analisar as implicações e os avanços conseguidos pelos municípios com a descentralização das ações e serviços de saúde, bem como as inovações oferecidas pelo S.U.S. Foi tomado como ponto de partida a criação do Sistema Único de Saúde, a legislação vigente, em especial as leis 8.080/90 e 8.142/90 e as normas operacionais básicas que operacionalizaram o processo de municipalização da saúde, fundamentando-se no pressuposto de que um Estado para conseguir a “municipalização plena” precisa habilitar todos seus municípios na condição de gestão plena do sistema municipal. Neste propósito foi considerado como universo de pesquisa a realidade de 5 municípios de regiões distintas no Estado, habilitados nas gestões da Atenção Básica e do Sistema Municipal, sendo Luzilândia na região Norte, Bom Jesus na região Sul, Picos na região Leste, Floriano na região Oeste e Teresina na região Centro Norte, com abrangência implícita aos demais municípios, a fim de obter uma visão geral e mais consistente acerca da realidade eleita como objeto de estudo. Neste universo privilegiou-se como sujeito da pesquisa os atores envolvidos diretamente com o processo da gestão e controle social da política de saúde no âmbito municipal, sendo estes os prefeitos, os gestores de saúde e os conselheiros de saúde, os quais contribuíram através de seus depoimentos para testemunhar a realidade existente em cada município, fazendo constatar-se que ainda há uma considerável distância entre os princípios e diretrizes oferecidas pelo S.U.S e as condições reais para a sua operacionalização no âmbito dos municípios no Estado.

Isso nos leva a concluir que a municipalização da saúde no Piauí é uma realidade ainda incipiente estando no nível primário e podendo ser caracterizada do tipo atomizada, bem distante da condição plena almejada. Registra-se neste sentido um hiato entre as necessidades reais apresentadas pela população neste campo da saúde e, o que foi contemplado como direito nas diretrizes do S.U.S e o que tem sido efetivamente implementado, portanto ainda uma utopia na busca de ser realizada.

PALAVRAS CHAVE: Saúde, Gestão, Municipalização, Descentralização, S.U.S.

ABSTRACT

The main purpose of the assignment is to make a historical feedback of the health municipalization project in the State of Piauí trying to explain the elements related with the organization of the decentralized health management and with the society participation. It was chosen to be analysed, the year of 1998 to the year of 2002, which was the period that occurred a bigger volume of qualifications of the municipalities of Piauí in the conditions of health managements specified in the NOB-SUS 01/96.

It was intended to analyse the implications and the advances achieved by the municipalities with the decentralization of health actions and services and others innovations offered by SUS. It was taken like starting point, the creation of SUS, the current legislation, specially the laws 8.080/90 and 8.142/90, and the operational rules which regulate the process of health municipalization, founding on the presumption that a State to get the “full municipalization” needs to qualificate all its municipalities in the condition of full management of the municipal system. In this intention it was considered as research universe, the reality of 5 municipalities of different regions of the State, qualificated in the Basic Attention and Municipal System managements: Luzilândia in the North region, Bom Jesus in the South region, Picos in the East region, Florianoin the West region and Teresina- North Center region, with implicit including of the others municipalities in order to have a more consistent general vision of the elected reality as study object. In this universe, it was privileged as subject of the research, the actors straight involved with the process of management and social control of the health politics in the municipal scope. They are the mayors, the health managers, and the health advisors, who contributed in their speech to prove the reality that exists in each municipality, showing that there is still a considerable distance between the principles and rules offered by SUS and the real conditions for its functionally in the scope of the State municipalities.

We can conclude that the health municipalization in Piauí is still a beginner reality, being in the primary level and being characterized as the atomized type, really distant from the wished full condition. It is registered a gap between the real necessity presented by the population in the health field and, what it was considered as right in the rules of SUS and what has been permanently introduced. Therefore, it's still an utopia in search of being realized.

KEY WORDS: Health, Management, Municipalization, Decentralization, SUS.